PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0450/2023 – PMLA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 026/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA ALEGRE/PI E A EMPRESA R M BARBOSA HONORIO (CNPJ N° 00.835.726/0001-44), QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA ALEGRE, estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 41.522.327/0001-00, estabelecido na Praça Raul da Silva Costa, n° 81, Centro em Lagoa Alegre/PI, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Carlos Magno Fortes Machado, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG n° 1.644.684 SSP/PI e inscrito no CPF n° 481.810.213-04, com endereço funcional na Praça Raul da Silva Costa, n° 81, Centro em Lagoa Alegre/PI.

CONTRATADA: R M BARBOSA HONORIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 00.835.726/0001-44, sediada na Rua Luís Alves, S/N, Bairro Luís Alves, CEP: 64.410-000 em Angical-PI, neste ato representada pela Sra. Raimunda Márcia Barbosa Honório, brasileira, portadora da Cédula de Identidade/RG n° 873.141 SSP PI e inscrito no CPF sob o n° 349.822.213-91, residente e domiciliada em Angical – PI.

O CONTRATANTE e o CONTRATADO, acima qualificados, têm entre si ajustado o presente CONTRATO com o objeto abaixo discriminado, conforme Processo de Dispensa de Licitação n° 026/2023, instruído através do Processo Administrativo n° 0450/2023 – PMLA, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - Constitui objeto deste ajuste a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ALEGRE-PI/PMLA/PI,** conforme especificações constantes neste Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

I - O presente contrato tem Fundamentação legal no Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

I - O CONTRATANTE e o CONTRATADO vinculam-se plenamente ao presente contrato, ao Processo Administrativo de **Dispensa Nº 026/2023,** instruído através do Processo Administrativo n° 0450/2023 – PMLA, bem como, à proposta firmada pelo CONTRATADO, esses documentos constam do Processo e são partes integrantes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I - O CONTRATANTE obriga-se a:

a) emitir a autorização de serviço do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;

b) efetuar pagamento ao CONTRATADO de acordo com o estabelecido neste Contrato;

c) fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro, integrado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - O CONTRATADO obriga-se a:

a) Entregar o objeto do contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com sua proposta;

b) Entregar o objeto do contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração.

C) Entregar o objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do Processo Administrativo de Dispensa nº 026/2023.

d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE**;**

e) assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

f) utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitários regulares;

g) manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

h) fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA- DO RECEBIMENTO

I - Os objetos deverão ser entregues diretamente nos locais indicados na Ordem de Fornecimento, de acordo com a necessidade de consumo, até a quantidade limite contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de entrega da Nota do Empenho e Autorização de Fornecimento ao fornecedor, sem qualquer acréscimo adicional para a Administração independentemente da quantidade solicitada.

II – Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta e, em seguida, definitivamente, após a verificação da conformidade dos mesmos e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

III – Acaso insatisfatória a verificação dos produtos, será lavrado termo de recusa dos mesmos, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo a ser determinado pelo setor competente, contados da comunicação formal da Administração do Setor à Contratada, sob pena de aplicação das punições previstas nestes instrumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

I - Este contrato vigorará até 31 de dezembro de 2023 contados de sua assinatura, podendo ainda, ser prorrogado ou ser aditado, por interesse público e de acordo com a conveniência deste Município, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Lagoa Alegre/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária – Fonte dos Recursos: FPM, ICMS, FMAS, recursos próprios e outros. Despesa: Secretaria de Administração, Planejamento e Serviços Públicos: Programa de Trabalho 08.244.0008.2055.0000, Código de Aplicação 999.000, Unidade Orçamentária 20701, Projeto atividade 2055, Elemento despesa 33.90.39, Fonte 500; Secretaria de Assistência Social e Cidadania: Programa de Trabalho , Código de Aplicação 999.000, Unidade Orçamentária 20701, Projeto atividade 2087, Elemento despesa 33.90.39, Fonte 500.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR

I - O valor global contratado no presente ajuste, para fornecimento do objeto licitado, é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme detalhamento dos itens e especificações abaixo indicada:

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA ALEGRE
Praça Raul da Silva Costa, nº 81, Centro
Lagoa Alegre – Piauí –CNPJ nº 41.522.327/0001-00
E-mail: lagoaalegrecpl@hotmail.com

Ordem	Atividade	VALORES
1ª FASE	Reunião ordinária do CMDCA para definição do processo e comissão especial (elaboração de ata)	2.500,00
	Elaboração da resolução do processo de escolha unificada dos conselheiros tutelares.	
	Elaboração do material escrito a ser utilizado durante todo processo. (EDITAL DO PROCESSO DE ESCOLHA)	
	Normatizar e convocar a população a participar a realizarem as inscrições através do edital elaborado para este fim.	
	Definir e divulgar o calendário de atividades que compreende as datas de todo processo até a posse.	
	Formação de uma equipe para trabalhar em todo processo da eleição	
	Elaborar ofícios para Junta Eleitoral, MP, policiamento, escola, CEDCA.	
	Comunicar oficialmente ao MP todo processo de escolha unificada dos conselheiros tutelares inclusive solicitando o seu parecer.	
VALOR JÁ INCLUSO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE/HOSPEDAGEM		
2ª FASE	Pesquisar e Elaborar o material da formação levando em consideração a realidade do município.	2.500,00
	Definir as estratégias para a realização da formação, principalmente candidaturas acima de 30 pessoas.	
	Realizar a formação dos candidatos sobre conhecimento específicos, informática e o ECA.	
	Fazer a correção das provas e sistematizar o resultado em tabelas.	
	Responder junto ao MP em conjunto com o CMDCA e a comissão organizadora do processo sobre as demandas correspondentes a realização e resultado do exame.	
	Informar oficialmente o nome dos candidatos habilitados para concorrem ao processo de escolha.	
VALOR JÁ INCLUSO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE/HOSPEDAGEM		
3ª FASE	Definir as estratégias para o dia da votação, principalmente quando tiver acima de 30 candidatos.	3.000,00
	Orientar a comissão organizadora do processo de escolha sobre os procedimentos durante o período de campanha dos habilitados	
	Elaborar cédulas eleitorais nos casos de urnas manuais. Em se tratando de urnas eletrônicas, faremos o trabalho de assessoria aos técnicos do TRE com a inclusão das informações dos candidatos no sistema.	
	Definir as ações em conjunto com a gestão sobre a logística para o dia da eleição. (Material didático/Transporte e pessoal).	
	Coordenar Junto com a Comissão organizadora o processo no dia da eleição.	
	Informar oficialmente aos responsáveis da administração a relação dos eleitos (Titulares e Suplentes) para que seja providenciada a posse.	
VALOR JÁ INCLUSO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE/HOSPEDAGEM		

4ª FASE	Pesquisar e Elaborar o material da capacitação dos conselheiros eleitos (titulares e suplentes) levando em consideração a realidade do município.	**3.000,00**
	Planejar o evento de forma que seja garantido 2 (dois) dias de capacitação e com a presença dos representantes da rede de atendimento municipal.	
	Coordenar a Capacitação dos conselheiros eleitos (Titulares e Suplentes).	
	Contribuir na organização da Posse dos Conselheiros.	
VALOR JÁ INCLUSO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE/HOSPEDAGEM		
Análise do sistema SUAS		**500,00**
Capacitação sistema SIPIA para conselheiros		**500,00**
Elaboração do Plano de Ação para Recursos GND2, GND3		**1.000,00**
Execução das Conferencias Municipais da Assistencia Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente		**2.000,00**
CUSTO TOTAL DAS ATIVIDADES		**15.000,00**

CLÁUSULA DÉCIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

I - A recomposição dos preços dos itens objeto do contrato reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro do CONTRATADO, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual de preço dos serviços ofertados ao CONTRATANTE em sua proposta, na época da cotação.
§1º- O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pelo CONTRATADO quando da entrega da fatura de serviços e das Notas Fiscais pertinentes, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.
§2º- Não serão considerados pedidos de reequilíbrio de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.
§3º-O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pelo CONTRATADO ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

I -O pagamento será efetuado em moeda nacional, a ser creditada na **Conta Corrente** em nome do CONTRATADO.
§1º - O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, estando devidamente atestada pelo setor competente.
§2º - Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

I – Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

b) A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$R = V \times \frac{I - Io}{Io}$ = onde:

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

II – Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

III – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

IV – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

V – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO

I - A fiscalização da execução desta avença será exercida por fiscal de contrato ou equipe de fiscais designados pela Administração municipal. O fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma, conforme previsto na Lei n° 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Servidor referido anotará, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

I - Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

§1º - Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou do Procedimento Licitatório que o originou.
§2º - As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pelo CONTRATADO e aceitos pelo CONTRATANTE.
§3º - As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS DE RESCISÃO

I - O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 79 da mesma lei.
PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATADO não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS

I - Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, cabem os recursos dispostos no seu art. 109.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

I - O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

I - Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de União, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.
E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente contrato foi lavrado em 02 (duas), vias de igual teor, devidamente assinadas.

Lagoa Alegre (PI), 10 de abril de 2023.

CONTRATANTE:_____
MUNICIPIO DE LAGOA ALEGRE
Carlos Magno Forte Machado
Prefeito municipal

CONTRATADA:_____
R M BARBOSA HONORIO,
CNPJ: 00.835.726/0001-44
Raimunda Márcia Barbosa Honório

TESTEMUNHA:_____
CPF:

TESTEMUNHA:_____
CPF: